

O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Angela Santana do Amaral¹

Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota²

Juliane Feix Peruzzo³

RESUMO:

O trabalho discute a conjuntura latino-americana, onde se observa a presença de novos sujeitos e projetos na cena política e governamental. Aborda as ideologias presentes nos governos de “centro-esquerda” no Subcontinente, sendo a principal delas o binômio “crescimento econômico X desenvolvimento social”. Analisa essa tendência como uma estratégia para atender às necessidades do grande capital, ao mesmo tempo em que são criadas políticas sociais compensatórias e postos de trabalho precarizados, numa espécie de articulação “invisível” entre as necessidades imediatas das classes subalternas e as da burguesia.

Palavras-chave: América Latina, ideologia, desenvolvimento social, crescimento econômico

ABSTRACT:

This paper discusses the Latin-American context, in which the presence of new subjects and projects in politics and government is observed. It deals with ideologies present in “center-left” governments in the subcontinent, being “economic growth x social development” the main one. It also analyzes this trend as a strategy to meet the needs of the “big business”, at the same time that compensatory social policies and precarious job openings are created, on a kind of “invisible” articulation between the immediate lower class and bourgeoisie needs.

Keywords: Latin America, ideology, social development, economic growth

A partir do final da década de 80 do século passado, o movimento das esquerdas latino-americanas orienta-se no sentido da superação das ditaduras militares e da resistência ao neoliberalismo. Tal movimento culminou com eleições parlamentares que levaram ao poder governos de esquerda e centro-esquerda em países da região andina e cone-sul como são exemplares a situação do Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela.⁴

¹ Doutora. Universidade Federal de Pernambuco. angela.amaral@openlink.com.br

² Doutora. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

³ Doutora. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

O cenário político e econômico desses países já configurava, naquele período, um processo de crise capitalista - iniciada nos anos 70 do século passado - cujos meios de enfrentamento determinaram mudanças, embora mantidas as particularidades de cada país.

Estas mudanças afetaram as tradicionais modalidades de produção material, redefinindo os espaços e tempos, a organização do território e do Estado, demarcando um conjunto de aportes teóricos e metodológicos que são compatíveis com as mudanças em curso desde os anos 1980. Trata-se do que alguns autores vêm conceituando como as bases da contrarreforma neoliberal do Estado, orientada por ideologias que afirmam o fim da história, da centralidade do trabalho e do Estado regulador, ao tempo em que defende o mercado como mecanismo de regulação, entre outras argumentações. (HARVEY, 2006; VASAPOLLO, 2004a; VASAPOLLO, 2004b; VASAPOLLO, 2005).

As saídas adotadas pelos capitais internacionais para restaurar/aumentar os níveis de acumulação e valorização em todos os países de economia capitalista vão desde o desenvolvimento de novas tecnologias, restrição de direitos trabalhistas e outras conquistas sociais até uma forte ofensiva, junto aos países periféricos, no sentido de estes contribuírem de modo mais direto, na transferência de excedente do valor. Tais iniciativas terão sua maior expressão na emergência e espraiamento de uma nova etapa do capitalismo - o especulativo - na qual o capital produtivo está subsumido ao capital fictício, restringindo, significativamente, a expansão do capital substantivo na sua capacidade de remuneração. Na América Latina, de modo geral, o desenvolvimento dessa etapa do capitalismo se deparou com condições históricas particulares, principalmente no que diz respeito aos projetos de governantes que durante as eleições realizadas nos anos 1990 - auge da expansão do capital parasitário - construíram discursos que tinham como pilares fundamentais o crescimento econômico com desenvolvimento social. Não obstante tal programática, os países da região não puderam fugir do movimento de internacionalização da economia, incorporando-se à dinâmica mais geral dos processos especulativos.

⁴ Vale lembrar as sucessivas eleições de Hugo Chávez Frias, na Venezuela, desde 1998, a vitória no Brasil de dois governos de Luis Inácio Lula da Silva, o governo de Néstor Kirchner à Casa Rosada em 2003, a chegada no poder da Frente Ampla representada por Tabaré Vázquez, no Uruguai em 2004, a ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia em 2005, e, em 2006, as conquistas de Rafael Correa no Equador e de Daniel Ortega, na Nicarágua, além da acirrada disputa no Peru e do processo eleitoral no México, representam uma transformação de enorme importância para o quadro político latino-americano.



Nos anos 2000, os governantes ou candidatos que pleiteavam a representação dos chamados *setores progressistas* da sociedade chegam ao poder com posicionamentos anti-imperialistas e a defesa do desenvolvimento nacional, compreendido como um meio de autonomia dos estados nacionais. Não se trata de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos 60 do século passado, mas da defesa de um desenvolvimento autossustentável desde o ponto de vista econômico e social.

Esta perspectiva vem sendo denominada de *novo desenvolvimentismo* e tem suas bases de fundamentação, embora sob outras determinações, no chamado nacional-desenvolvimentismo que orientou a economia dos países subdesenvolvidos, no período de 1940 até meados da década de 1970, do século passado, sob orientação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Naquele período, o diagnóstico da CEPAL era que as economias dos países não desenvolvidos tinham uma estrutura econômica pouco diversificada e integrada, ainda que apresentassem um setor agroexportador dinâmico. Porém, este não estava sendo capaz de transferir progresso técnico para os demais setores da economia, nem mesmo sendo capaz de absorver a mão de obra e de proporcionar ganhos reais de salário, como nos países desenvolvidos, cuja estrutura econômica, baseada em produtos industriais, tinha capacidade de generalizar o progresso técnico e permitir ganhos reais de salários.

Para alterar este cenário, o diagnóstico cepalino indicava, para os países subdesenvolvidos, a adoção de políticas de diversificação econômica, basicamente via industrialização, como meio para que o mercado interno passasse a ser o motor da acumulação e do crescimento, em lugar da demanda externa de produtos primários. No entanto, não bastava somente a ação do mercado, seria importante a intervenção do Estado, no planejamento, na indução, no financiamento e como investidor direto, para que o processo de industrialização se efetivasse.

Ao final dos anos 80 do século passado, com a emergência do neoliberalismo, esse debate foi reposicionado no âmbito da CEPAL, em face das reformas de mercado e crescente financeirização da economia. Nesse período, as discussões sobre o desenvolvimento econômico e social são orientadas pelas reformas estruturais na economia, especialmente pela política de privatização dos serviços públicos, reforma do Estado e focalização de programas sociais para os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Embora reconhecendo que a agenda do Consenso de Washington não tenha alterado o quadro de recrudescimento da questão social nem tampouco as possibilidades de superação do subdesenvolvimento e enfrentamento da desigualdade - que permanecia e se aprofundava nos países latino-americanos - a CEPAL passa a se alinhar às propostas de mercado, posição denominada por Carcanholo (2010, p. 132) de uma “perspectiva revisionista”.

Portanto, é neste cenário que surge o novo-desenvolvimentismo, caracterizado por Castelo (2010, p. 194), como sendo uma espécie de Terceira Via,

(...) uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático” (grifos do autor) representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo (...).cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país (...) um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”(grifos do autor).

O Banco Mundial, apoiado na perspectiva de Amartya Sen (2000), adota a noção de desenvolvimento que pressupõe sejam removidas as principais fontes de privação de liberdade, tais como: pobreza, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estado repressivo. No entanto, Amartya Sen destaca como sendo uma das piores privações a restrição dos indivíduos ao livre mercado.

Restrições arbitrárias ao mecanismo de mercado podem levar a uma redução de liberdade devido aos efeitos, conseqüências da ausência de mercados. Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as conseqüências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações. (SEN, 2000, p. 41).

Ainda segundo Sen (2000), a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, da mesma forma que a privação de liberdade social ou política, podem gerar a privação de liberdade econômica. Para ele, este círculo vicioso somente poderá ser revertido sob a orientação do desenvolvimento como liberdade. Suas proposições⁵ sinalizam que a dimensão da liberdade individual é o “*principal fim e o principal meio do desenvolvimento*” (SEN, 2000, p. 10).

Para consecução deste objetivo se faz necessário um Estado e um mercado fortes, capazes de permitir aos governos implementação de políticas macroeconômicas que possibilitem tanto medidas de promoção do pleno emprego, em contextos recessivos, quanto políticas industriais e de comércio exterior para estimular a competitividade da indústria e melhorar a inserção do país no comércio internacional.

⁵ Importante ressaltar que as proposições de Sen têm forte inspiração em Adam Smith.



Neste sentido, é fundamental a realização de uma transformação produtiva que resulte na elevação da produtividade da mão de obra e que dê sustentação a uma competitividade internacional autêntica, apoiada na incorporação de progresso técnico e em práticas gerenciais inovadoras.

Os defensores do neodesenvolvimentismo sustentam que o consenso neoliberal e seus preceitos privatizantes de desregulamentação do trabalho, enxugamento do Estado, dentre outros, não conseguiram resolver questões centrais que afetam a humanidade. Assim, na vaga da crise que afeta todas as dimensões da vida social, recupera-se a possibilidade de elaborar estratégias de desenvolvimento nacional, que reponha temas, a exemplo do impacto da mudança climática, justiça ecológica, reconstrução dos bens comuns, pós-desenvolvimento, “*buen vivir*”, democracia ecológica e economia do cuidado (ROMANO, 2009)⁶

Entre outras propostas, os adeptos desse novo-desenvolvimentismo consideram que algumas políticas e ações são fundamentais para repor na agenda dos países da região os mecanismos de distribuição dos recursos, de modo a enfrentar a questão da desigualdade, agora com foco na discussão da *oportunidade*. Assim, tais iniciativas devem: promover a redução da desigualdade com redistribuição, reconhecimento e representação; propiciar o investimento em políticas sociais e educacionais como fatores estratégicos no sentido da inclusão econômica formal de segmentos da população com baixíssimos rendimentos e para a melhoria na distribuição de renda, no sentido de minimizar as assimetrias das desigualdades causadas pela globalização do mercado. (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005)

O que parece se configurar, nesse momento, é o fato de que o discurso dos estados nacionais autônomos sucumbe às investidas das empresas transnacionais que executam projetos de “*desenvolvimento*” nas regiões do continente, ampliando a destrutividade do meio ambiente, mercantilizando recursos naturais e minerais, expulsando os povos originários das suas propriedades. Em contrapartida, as ditas corporações financiam projetos sociais ou pactuam com Organização não Governamental (ONG) e Fundações de direito privado as *ações de sustentabilidade*

⁶ Nesses temas, chama atenção a ênfase que é dada à promoção da justiça ecológica, diante da responsabilidade histórica do mundo rico e os problemas ambientais que ele cria; a crítica que é feita à *commodificação* do mundo e das relações predatórias do capital com a natureza; o princípio da prosperidade que deve orientar o crescimento, cujo resultado deve possibilitar a inclusão e a construção de um novo paradigma: o do “ser”, do “afeto”, do “cuidado.” (ROMANO, 2009)



socioambiental na tentativa de compensar a destrutividade ambiental e social dos seus empreendimentos.

Esta mesma equação - *mutatis mutandis* – vem aparelhando a direção política dos governos de esquerda e centro-esquerda que alimentam a hipótese de criação do desenvolvimento nacional (leia-se, crescimento econômico) em articulação com políticas sociais compensatórias, ou seja, instituindo, tardiamente, um estado social-democrático e de bem-estar na América Latina. Nesta medida, o argumento veiculado supõe a existência de um novo mito: o do crescimento econômico com desenvolvimento social e ambiental como um projeto de superação das históricas desigualdades sociais.

É necessário ressaltar que a realidade não indica possibilidades de êxito nesse processo porque não tem sido possível manter o crescimento econômico com socialização de riquezas ou uma maior e melhor distribuição de parte da riqueza produzida. Mantém-se a concentração da riqueza e, na América Latina, em particular, constata-se que mais de 40% de sua população é pobre e entre 15% a 20% são indigentes; as desigualdades sociais aumentaram; porém, o que muda é a criação de outros meios de enfrentamento da pobreza através de políticas de inclusão, por cotas, ou de mínimos sociais. As políticas compensatórias, reconhecidas através dos chamados subsídios dirigidos aos mais pobres.

Segundo Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2010) no Relatório Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU-Habitat), o problema da má distribuição de renda afeta a América Latina como um todo. Os 20% latino-americanos mais ricos concentram 56,9% da riqueza da região. Os 20% mais pobres, por sua vez, recebem apenas 3,5% da renda, o que faz da América Latina a região mais desigual do mundo.

O que chama atenção, nesse contexto, é o fato de que não estejam se desenvolvendo reformas substantivas que revertam a *destruição neoliberal das políticas* ou a sua *contrarreforma*. O que o cenário continental mostra é a expansão de políticas de exceção, de ingressos, em substituição ao direito ao trabalho.

Vale notar que os dados sobre os efeitos dos programas de transferência de renda apostam, essencialmente, na tessitura dos mecanismos ideológicos que dão sustentação aos governos de esquerda e centro-esquerda. A despeito da crise dos finais dos anos 90 do século passado, que se estende na primeira década dos anos 2000, ter colocado em xeque os longos 30 anos de destrutividade neoliberal, o que se parece



evidenciar é que as reformas econômicas já se integraram à dinâmica dos países latino-americanos como um elemento irreversível.

Assim, tais governos trabalham no campo da governabilidade e da legitimação das escolhas menos deletérias às programáticas que defenderam nas suas eleições. Para tal, precisam intervir junto às classes subalternas no sentido de edificar uma reforma intelectual e moral, através da conformação de um amplo consenso de classes em torno da promessa de um nacional-desenvolvimentismo. Só que agora, num contexto de crise, de um modelo de produção que elimina sistematicamente postos de trabalho, amplia a financeirização da economia, aprofunda e retoma processos de recolonização e espoliação por despossessão nos países periféricos (HARVEY, 2005).

Nessa perspectiva, emerge, sob o signo do novo-desenvolvimentismo, a ideologia do autoemprego, do empreendedorismo; dos negócios próprios; da necessidade de acumular um capital social robusto para ter acesso a outros recursos, da sustentabilidade. Tudo isso mediado pelo discurso das oportunidades e liberdade de escolha individual.

Os fundamentos ideopolíticos que estão implicados nesses mecanismos ideológicos e que determinam os modos de ser e de viver no capitalismo contemporâneo são amplamente justificados no discurso da esquerda nesses países. Na ausência de uma leitura crítica da realidade e de projetos que deem sentido e direção para além do capital, incorporam-se os limites macroeconômicos e até uma certa romantização da sociedade, ao conceber a possibilidade de convivência de interesses entre o que antes era considerado por essas mesmas esquerdas como antagonismo de classe.

Do nosso ponto de vista, está em curso um processo de *repolitização regressiva* da política que se faz com os argumentos antineoliberais, anti-imperialistas, porém, em defesa do nacional-capitalismo, cuja principal mediação não são reformas sociais com impacto na redistribuição da renda. A intervenção social dos governos progressistas, vale dizer, nesses países em que a idéia de progresso se vincula a processos de modernização, sem que se alterem os pilares das relações sociais capitalistas, se dá nas políticas compensatórias de enfrentamento da pobreza, feitas com o uso de novas pedagogias de concertação de classes.

REFERÊNCIAS



BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARCANHOLO, M. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p. 119-139, 2010.

CASTELO, R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: _____. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p. 191-211, 2010.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Relatório Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU-Habitat)**. 2010. Disponível em: <<http://www.cepal.org/>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

_____. **Relatório preliminar das economias da América Latina e Caribe**. 2009. Disponível em: <<http://www.cepal.org/>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: out. 2010.

PROTEÇÃO SOCIAL 4: **Programas de transferência de renda avançam na América Latina**. Disponível em <<http://www.previdenciasocial.gov.br>> Acesso em: Set 2009

ROMANO, J. De volta para o futuro. **Le Monde Diplomatique. Brasil**. São Paulo, ano 3, n. 27, p. 8-9, out. 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

VASAPOLLO, L. **Novos desequilíbrios capitalistas: paradoxos do capital e competição global**. Londrina: Práxis, 2004a.

_____. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. (Coord.). **A Europa do capital: transformações do trabalho e competição global**. São Paulo: Xamã, 2004b.